

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023

I. REGÊNCIA LEGAL

LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, DECRETO FEDERAL 7.892/2013, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ATUALIZADA ATRAVÉS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 8.666/1993.

II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS

III. PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 026/2023

IV. MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
Nº 018/2023

V. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o **Sistema de Registro de Preço para eventual Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços em Link de Acesso à Internet por meio de Protocolo (IP), contemplando Suporte Técnico, Instalação, Ativação e Configuração dos Equipamentos do município de Brejo da Madre de Deus-PE.**

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

I	Termo de Referência
II	Minuta de Contrato;
III	Modelo de Declaração de conhecimento do edital e atendimento às exigências de habilitação
IV	Modelo de Declaração de fatos impeditivos
V	Modelo de Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte
VI	Minuta da Ata de Registro de Preço

VI. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO GLOBAL

VII. PRAZO DE ENTREGA

CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

VIII. REALIZAÇÃO

Sessão pública por meio da internet, através do site www.bnc.org.br

IX. DATA E HORARIO PARA ABERTURA DA SESSÃO

Local: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (<https://bnc.org.br/>).

Início do Acolhimento das Propostas: às 09 horas do dia 13/06/2023.
Fim de Recebimento e Abertura das Propostas: às 09 horas do dia 27/06/2023.
Início da Sessão de Disputa: às 10:00 horas do dia 27/06/2023.

Modo de disputa: **ABERTO**

Margem de Lance Mínima: R\$ 0,01 (um centavo)

Referência de tempo: Horário de Brasília.

X. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL

Na plataforma do pregão eletrônico da BNC no site <https://bnc.org.br/>;
No Portal da Transparência Municipal sítio eletrônico
<https://www.brejomdeus.pe.gov.br/>
Ou através de solicitação por e-mail: licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br
Ou no setor de Licitação da Prefeitura – Localizada na Praça Vereador Abel Freitas,
s/n, Centro de Brejo da Madre de Deus, de segunda a sexta no horário das 08 horas às
13 horas.

Telefone de Contato do Setor de Licitação de Brejo da Madre de Deus – PE –
(81) 99136-2942

XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme Decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º - “Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

XII. DO REGIME

PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA.

Por força da hipótese de exceção estabelecida no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006, em face das características específicas deste mercado, justifica-se a não adoção do benefício a que se refere o art. 48 do referido diploma normativo.

XIII. PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL

Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
Designado pela Portaria Nº 022/2023

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023 PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023

O MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE, por meio do **PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**, através do(a) pregoeiro(a), torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados, em sessão pública, por meio da internet, através do site <https://bnc.org.br/> fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme especificações no Termo de Referência constantes no Anexo I, deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1- Constitui objeto da presente licitação o **Sistema de Registro de Preço para eventual Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços em Link de Acesso à Internet por meio de Protocolo (IP), contemplando Suporte Técnico, Instalação, Ativação e Configuração dos Equipamentos do município de Brejo da Madre de Deus-PE.**

1.2 – A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO

2.1 - O órgão promotor da licitação será **Prefeitura Municipal do Brejo da Madre de Deus-PE.**

3. DO CADASTRO/CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1 - O licitante deverá realizar o cadastro através da Bolsa Nacional de Compras pelo site <http://bnc.org.br/> selecionar a opção cadastro e depois cadastrar a empresa de acordo com pacote ofertado pelo BNC e que melhor atenda a empresa cadastrada.

3.1.1 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

3.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento, encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços, documentos e habilitação em nome do

licitante, através do Banco Nacional de Preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.3.1 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

3.3.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.3 - O cadastramento e credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - A empresa participante do certame não deve ser identificada, antes da análise dos documentos de habilitação.

3.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate (art. 44 e 45 da LC 123/2006).

3.6 - É da responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7 - Qualquer dúvida em relação ao acesso do sistema operacional, poderá ser esclarecida através do telefone/WhatsApp: (42) 3026-4550 - Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o credenciamento regular no sistema eletrônico do BNC - Bolsa Nacional de Compras, desde que apresente toda a documentação exigida no edital.

4.2 – Nas Licitações que tiverem Cota Reservada e Cota Principal/Ampla Concorrência, e a mesma empresa vencer as cotas correspondentes, a contratação de ambas ocorrerá pela cota de menor preço.

4.3 - Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

4.3.1 - Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993;

4.3.2 - Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

4.3.3 - Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;

4.3.4 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.3.5 - Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.5.1. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.

4.3.6 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.7 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

4.3.8 - Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

4.3.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2016-TCU-Plenário).

4.4 - A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidades previstas em Lei.

4.5 - O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4.6 - Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que:

4.6.1 - Não emprega menor de idade salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

4.6.2 - A inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Administração Pública Municipal de Brejo da Madre de Deus-PE.

4.6.3 - Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro

participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

5.0 - MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

5.1 - Para efeito de comprovação de empresa **ME/EPP/MEI** para usufruir de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada mediante apresentação de um dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser anexados junto aos documentos de habilitação:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

II – Empresas não optante pelo Sistema Simples de Tributação:

a) **Quando não optante pelo simples nacional:** Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006).

5.2 - Os documentos relacionados no subitem anterior poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República, ou ainda pela certidão simplificada emitida pela junta comercial.

5.3 - Em atendimento ao Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, “Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”, logo a participação para os itens que estejam com seu valor máximo admitido inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

5.4 - Para aqueles itens, cujo valor total máximo admitido ultrapasse os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será definido uma cota exclusiva para ME e EPP, de acordo com o Art. 48, inciso II da Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014: “deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte”.

5.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5.1 - Considera-se irregularidade a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal ou trabalhista, pelo(a) pregoeiro(a), na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.

5.6 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.6.1 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.7 - Caso existam itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.8 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou o melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.9 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.10 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.11 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6. DO CADASTRO DAS PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, concomitantemente com os **documentos de Habilitação exigidos no edital, Proposta em papel timbrado com a descrição do objeto ofertado, contendo marca, modelo, preço unitário e total de todos os itens ofertados**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação (**proposta + habilitação**).

6.1.1 - Caso não haja no sistema campo específico para inserção de algum documento, ele deverá ser inserido no espaço “Outros documentos”. Mesmo que haja divergências entre o Edital e o sistema, deve-se seguir as exigências do Edital.

6.2. O envio da proposta, e os documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA VIA SISTEMA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta de preços, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a fase para recebimento de propostas.

7.2 - A proposta será elaborada eletronicamente com base nas condições definidas neste edital e deverá conter:

7.2.1 - Valor unitário e total de cada item;

7.2.2 - Marca/Modelo/Fabricante (sempre que possível)

7.2.3 – Descrição detalhada do objeto.

7.2.4 - Quando tratar-se de itens/serviços de produção própria é vedada a identificação do licitante, tendo a empresa que inserir uma definição genérica como “*marca própria*” ou semelhante.

7.3. Todas as especificações contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4 - Devem estar inclusos nos preços ofertados, além de todas os custos operacionais, as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre a aquisição do objeto. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado, nem reclamados posteriormente.

7.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura do pregão, independentemente de declaração do licitante.

7.7 - Será desclassificada a proposta que não atenderem as exigências deste edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

7.8 - É vedada qualquer tipo de identificação da empresa no preenchimento da proposta via sistema eletrônico, sob a pena de desclassificação.

8. DO INÍCIO DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

8.1 - No horário indicado no preâmbulo deste edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a análise das propostas de preços cadastradas no sistema.

8.2 – O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste edital. Podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta preenchida **via sistema** que **identifique** o licitante.

8.4 - Todos os atos deverão ser motivados e registrados no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. Os atos estarão registrados no *chat* da plataforma eletrônica.

8.5 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

8.8 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

8.9 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo visível para todos os participantes.

8.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá em relação aos lances deverá ser pelo valor definido no preâmbulo desse edital.

8.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo os limites de intervalos mínimos informados no sistema.

8.12 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras abaixo estabelecidas:

8.13- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, conforme descrito acima, o(a) pregoeiro(a) poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20 - No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21 – Não nos responsabilizamos pela desconexão dos licitantes, nem pelo acompanhamento do mesmo ao certame pelo sistema eletrônico.

8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas

vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.23. O Critério de julgamento adotado constará no Preambulo deste Edital.

8.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.1.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3 - Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a Habilitação.

11.0 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.1.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

11.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.2.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;

11.2.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais

previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

11.2.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

11.2.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante ou certidão positiva com efeitos de negativa;

11.2.5 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

11.2.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – CNDT, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

11.3 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

11.3.1 **Certidão negativa de falência**, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, **180 (centos e oitenta) dias** anteriores à abertura desta sessão ou dentro do prazo de validade constante no documento, **OU**, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

11.3.1.1 Caso a certidão referida no item anterior contiver ressalva expressa que não abrange os Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, deverá a empresa licitante ainda comprovar sua qualificação econômico-financeiro através de outra(s) certidão(ões) abrangendo os **processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau**.

11.3.1.2 As empresas constituídas após a implantação do sistema de processo eletrônico – PJE, estão dispensadas de apresentar a certidão descrita no item 11.3.1 referente a certidão de processos físicos, desde que seja apresentada a de processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau.

11.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1 - **Atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos e/ou serviços **compatíveis e pertinentes com o objeto deste Edital**, conforme especificações constantes nos itens devendo os atestados conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS** possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

11.4.2 - **Contrato de Concessão ou Termo de Autorização pela ANATEL**, para a prestação dos serviços objeto da presente licitação.

11.5 – DAS DECLARAÇÕES

11.5.1 – **Modelo Declaração de conhecimento do edital e atendimento às exigências de habilitação** de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002. (Anexo III)

11.5.2 – **Modelo Declaração de fatos supervenientes/impeditivos.** (Anexo IV)

11.5.3 – **Modelo Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** (Anexo V).

11.6 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.7 – O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação **daqueles exigidos neste edital e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, após a comunicação da solicitação, sob pena de inabilitação.

11.8 – Caso a empresa não anexe nenhum documento de habilitação no sistema, deverá a mesma ser inabilitada.

11.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 – DA DILIGÊNCIA E DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - Quaisquer interessados poderão requerer diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas ou dos documentos de habilitação, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a sua suspeita.

12.1.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.1.2 - Poderão ser solicitadas pelo(a) pregoeiro(a) informações técnicas e descrições dos itens para análise e parecer pela Secretaria demandante ou pelo(a) pregoeiro(a), correspondentes às propostas ou documentos de habilitação, caso seja necessária essa análise deverá ser solicitado aos licitantes que deverá atender à solicitação no prazo máximo de até 02 (duas) hora, ou de acordo com o tempo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de não aceitação da proposta vencedora ou de inabilitação. Todos os pedidos devem ser comunicados aos licitantes no chat da plataforma eletrônica, como também deverão ser informados os resultados das análises.

12.1.3 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.1.4 – Para os casos de diligência, análise de propostas ou folders e análise de amostras solicitadas, havendo desclassificação do primeiro classificado pela avaliação técnica, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com as verificações e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.2 - Em caso de inabilitação ou desclassificação, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência, o sistema automaticamente indicará a empresa e o lance subsequente, e, assim sucessivamente, pela ordem de classificação.

12.3 - Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.4 – Será solicitado pelo(a) pregoeiro(a) ao licitante declarado vencedor, para que apresente no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance, podendo variar de acordo com determinação do(a) pregoeiro(a), onde será divulgado no *chat*, e a mesma deverá ser:

12.4.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.4.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.4.3 - A proposta final deverá ser anexada ao sistema, levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.4.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.4.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.4.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

12.6 – A empresa só será declarada vencedora após atender todos os requisitos do edital.

13. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

13.1 - Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referente ao processo licitatório serão enviadas ao pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico.

13.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente.

13.3. A decisão do(a) pregoeiro(a) sobre o julgamento da impugnação será comunicada ao licitante interessado, preferencialmente, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas, podendo tal comunicação ser feita na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro no "chat".

13.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão através do sistema eletrônico plataforma da BNC.

13.5 – O(A) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.6. - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13.7 - A impugnação e pedidos de esclarecimentos não possuem efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

13.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.8 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

13.9 - Todos os atos referentes aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgados pelo sistema.

14. DOS RECURSOS

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.3. Nesse momento o(a) pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14.8. Todos os atos referentes aos recursos serão divulgados pelo sistema.

14.9. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

14.10 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Interposto o recurso, o(a) pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão, devendo encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, observando os prazos previstos no § 4º do artigo 109 da lei 8.666/93.

14.11 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.11.1 - Ficará a critério do(a) pregoeiro(a) responder aos atos apresentados fora dos prazos legais.

14.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório, sendo o vencedor convocado para assinar o contrato no prazo definido neste edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,

§1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.3 - Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro(a) adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, cujo prazo de validade encontra-se neles fixados, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato, a Administração poderá encaminhá-los para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela administração.

17.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa, implica no reconhecimento de que:

17.4.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

17.6. Na assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência dos mesmos.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar da Ata de Registro de Preços/contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. Durante a vigência da Contratação, os preços serão fixos e irremovíveis exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

19. DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Os objetos/prestação de serviços descritos neste Edital e seus Anexos serão solicitados de acordo com as necessidades do Órgão Gerenciador, mediante emissão de Ordem de Fornecimento durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços de acordo com o Termo de Referência.

19.2. O órgão Gerenciador responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidas as Ordens de Fornecimento.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O recebimento do objeto/prestação de serviço e da fiscalização constarão no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

22. DO PAGAMENTO

22.1 As condições de pagamento constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 As sanções/penalidades administrativas constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - A presente licitação não importa necessariamente a contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

24.2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

24.4 - Caso o adjudicatário não compareça para receber a nota de empenho ou assinar a Ata de Registro de Preço/Contrato ou qualquer outro documento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento do aviso da homologação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular, poderá ser convocado, para substituir a Empresa vencedora, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

24.5 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, conforme legislação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco - AMUPE e no Portal da Transparência do Município do Brejo da Madre de Deus - PE, através do sítio eletrônico https://tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p_index/p_index.php.

24.6 – O(A) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.6.01 - No interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.7 - O vencedor deverá, durante a vigência da ata e do contrato/instrumento equivalente, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.

24.8 - O Edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no portal da transparência do Município de Brejo da Madre de Deus - PE, sítio eletrônico: <https://brejomdeus.pe.gov.br/> ou quando solicitado, através de e-mail no endereço:

licitacoes@brejomdeus.pe.gov.br ou na plataforma eletrônica da BNC <https://bnc.org.br/>, ou ainda pessoalmente no setor de Licitação da Prefeitura de Brejo da Madre de Deus-PE, localizada na praça Abel de Freitas, s/n, centro – Brejo da Madre de Deus – PE. As informações e os esclarecimentos necessários ao conhecimento do objeto desta Licitação serão prestados pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer dos meios citados acima.

24.9 – Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a) e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da Legislação pertinente, para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital.

24.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE.

Brejo da Madre de Deus - PE, 12 de junho de 2023.

Tharcysio Cordeiro de Farias da Silva
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

ANEXO I

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação o Sistema de Registro de Preço para eventual Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços em Link de Acesso à Internet por meio de Protocolo (IP), contemplando Suporte Técnico, Instalação, Ativação e Configuração dos Equipamentos.

1.2 - Os quantitativos e condições estão relacionados neste termo de referência dos quais atenderão as necessidades da Prefeitura Municipal do Brejo da Madre de Deus e secretarias vinculadas, inclusive o Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - Justifica-se a solicitação devido a necessidade no objeto descrito acima de acesso a rede de internet aos diversos setores públicos de nosso município.

2.2 - O serviço de Link estatístico de Acesso à Internet descrito neste Termo de Referência visa evitar a descontinuidade no serviço atendendo colaboradores em trabalhos externos e internos para que haja a troca de informações de forma que estejam sempre com os dados em tempo real sobre o andamento dos setores.

2.3 - A internet é o conjunto de redes de computadores que, espalhados por todas as regiões do planeta, conseguem **trocar dados e mensagens utilizando um protocolo comum**. Este protocolo compartilhado pela internet é capaz de unir vários usuários particulares, entidades públicas e empresariais em um mesmo acesso. Ela então é formada por computadores comuns e por outros especiais, chamados de servidores, máquinas com grande poder de processamento e conexões velozes. Os servidores são controlados por universidades, empresas e órgãos do governo.

2.4 - A internet traz uma extensa gama de recursos de informação e serviços. Exemplo disso são os documentos inter-relacionados de hipertextos da *World Wide Web* (WWW), redes ponto-a-ponto (*peer-to-peer*) e infraestrutura de apoio a correios eletrônicos (e-mails). A internet também possui um alcance e uma abrangência ímpar. Pode, inclusive, auxiliar mídias eletrônicas e órgão, uma vez que uma informação pode ser acessada de qualquer lugar do mundo e a qualquer hora.

2.5 - Hoje é quase impossível desenvolvimento de qualquer trabalho sem acesso a internet, entre os vários departamentos de um órgão público o uso dessa ferramenta é essencial e imprescindível para a eficácia do trabalho. Dessa forma, nossa solicitação é de extrema importância para andamento de trabalho de nosso município.

2.6 - Justificamos o julgamento global ao fato de logística na prestação dos serviços objeto desse termo, visto que caso contrário, teríamos fornecedores diferentes para cada tipo de velocidade, o que não é viável para a referida contratação, podendo acarretar maiores custo para manutenção e instalação dos equipamentos, diminuindo os ganhos de escala, bem como possíveis interferências de sinal ou afins.

3 - JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3.1 - A licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, regida pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicando-se supletivamente a lei Federal nº 8.666/93, e legislações aplicáveis e terá como critério de julgamento o Menor Preço global.

3.2 - Sendo então o Registro de Preços, formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, conforme Decreto Federal 7.892/2013, o SRP poderá ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços com necessidade de contratações frequentes, aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; aquisição de produtos com mais de um órgão ou entidade. Padrões esses exatamente condizentes a nossa realidade, pois nosso objeto requer contratações frequentes e parceladas, e a aquisição é destinada para a Prefeitura e unidades vinculadas e do Fundo Municipal de Assistência Social e fundo municipal de Saúde.

3.3 - Também justificamos o registro e preços ao fato que pode haver uma variação a menor e/ou a maior de pontos necessários para cada ente.

3.4 - Justifica-se também o SRP pela natureza do objeto, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo órgão, pois iremos utilizar os itens de acordo com as necessidades de cada Secretaria e seus departamentos

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os Serviços serão fornecidos conforme especificações, quantitativos e programação contidas neste Termo.

4.2 – A Prefeitura designará servidor responsável pelo setor de compras que emitirá ordem de Serviços com a solicitação de início de prestação dos serviços para a empresa vencedora através de e-mail. As O.S. conterão: data, valor unitário do produto, quantidade pretendida, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável.

4.3 - Após assinatura da ata e registro de preços a empresa vencedora deverá iniciar a implantação dos acessos e pontos de internet nos locais solicitados pelo município, sendo então indicado qual velocidade melhor se adapta a cada local, se acordo com as necessidades de velocidade necessário para desenvolvimento dos trabalhos.

4.4 - Sendo então celebrado contrato com os pontos em separados de acordo com cada secretaria, podendo ser as que são vinculadas pela prefeitura, Fundo municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

4.5 - Serviço Estatístico de acesso à Internet com endereços de IP's, será solicitado a depender da necessidade da contratante;

4.6 - Os links de acesso à Internet deverão possuir dimensionamento correto para garantir a transmissão de dados de acordo com as velocidades contratadas;

4.7 - Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela Contratada;

4.8 - A contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a Contratada não poderá refutar os meios utilizados pela Contratante para aferir as velocidades contratadas;

4.9 - será facultado, à Contratante, solicitar ativação de novos links de acesso à Internet, respeitando sempre o quantitativo máximo permitido, bem como a desativação de links em uso conforme sua demanda, não gerando ônus à contratada.

4.10 - Pela natureza corporativa da atividade do Contratante, o serviço, objeto da presente licitação, deverá propiciar segurança física dos dados. Entende-se por segurança física a proteção contra o acesso não autorizado ao link e dispositivos do Provedor responsáveis pelo transporte e encaminhamento dos dados;

4.11 - Será considerada indisponibilidade quando ocorrer qualquer tipo de problema no ponto de acesso - enlaces e ECD's, ou no backbone - que impeça a transmissão ou a recepção de pacotes;

4.11.01 - Não serão computadas no cálculo da disponibilidade mensal até 4 (quatro) interrupções anuais do serviço, a serem utilizadas como janelas para manutenção preventiva, desde que agendadas em comum acordo;

4.11.02 - Quando da ocorrência de períodos de indisponibilidade ou problemas com o serviço, o Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relatório em mídia eletrônica, através de correio eletrônico ou disponibilizar na Web, informando o dia, período de indisponibilidade, as causas do defeito e a solução adotada para sua total recuperação, com a devida identificação do ponto de acesso;

4.11.03 - Qualquer que seja o problema apresentado na prestação do serviço, a Contratada deverá arcar com todos os custos e procedimentos necessários à sua solução, incluindo a substituição de qualquer (quaisquer) equipamento(s) e/ou a manutenção do meio físico, se for necessário;

4.12 - O serviço de acesso à Internet deverá ser instalado no endereço indicado neste Termo e ficar ativo na modalidade 24h/dia, 7 dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão. Salvo em casos de interrupções na prestação do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, aprovado na resolução nº 272/2001 da Anatel;

4.12.01 - A gerência inclui o fornecimento de uma Central de Atendimento, que também estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que fará o registro e acompanhamento dos chamados, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas;

4.12.02 - A Central de Atendimento da Contratada deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas, a serem realizadas pelos servidores do município, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço. A

estrutura de atendimento, a problemas relacionados com o fornecimento do serviço contratado, deve ser disponível 24 horas, todos os dias da semana independente de feriados, dias santos ou finais de semana., principalmente para os casos de indisponibilidade nas redes de saúde.

4.12.03 - Deverá a empresa fornecer os dados de canais de comunicação so fiscal do contrato.

4.13 - Qualquer interrupção programada pelo Provedor para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados, desde que possa causar interferência no desempenho do serviço prestado, deverá ser comunicada ao Contratante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, por meio de comunicação por escrita ou correio eletrônico, e somente será realizada com a concordância do Contratante;

4.13.01 - Quando o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis de comunicação não for atendido, deverá ser concedido desconto por interrupção;

4.13.02 - O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção identificada pelo Contratante, devidamente registrada através de abertura do chamado na Central de Atendimento da Contratada, até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação com a respectiva constatação do Contratante através da autorização para o encerramento do chamado;

4.13.03 - Quando não for possível ao município a abertura de chamado na Central de Atendimento da Contratada, a indisponibilidade será considerada a partir da efetiva interrupção registrada pelos sistemas da Contratante e/ou Contratada;

4.13.04 - Entende-se como condições normais de operação a estabilidade dos serviços prestados, sem a ocorrência de novas interrupções no curto prazo, e a manutenção de todos os parâmetros de qualidade dentro dos níveis especificados.

4.13.05 - Caso não seja permitido o ingresso da Contratada às dependências do Contratante para realização da assistência técnica, após consulta à fiscalização, a contagem do tempo de indisponibilidade deverá ser pausada e reiniciada com o acesso do técnico da Contratada às instalações do Contratante para solução da interrupção.

4.14 - A fiação interna para ligação entre o quadro de “distribuição geral” (DG) e a sala que acomoda os equipamentos é de responsabilidade da Contratada;

4.15 - Deve haver planejamento do horário de trabalho de instalação das conexões à Internet, conjuntamente com a equipe técnica do município, de maneira a interferir o mínimo possível nos trabalhos normais deste local;

4.16 - A Contratada deve recompor obras civis e pintura eventualmente afetadas quando da passagem dos cabos, mantendo o padrão local, excetuando-se os casos em que estas ocorrências sejam consequência de adaptações na infraestrutura necessária para passagem dos cabos;

4.17 - A instalação dos links de acesso à Internet será acompanhada pelo Fiscal do contrato ou por quem for designado.

4.18 - Das Configurações

4.18.01 - A Contratada será responsável pela configuração dos equipamentos necessários para o correto funcionamento do link de acesso à Internet;

4.18.02 - Os seguintes serviços relacionados com os testes para aceitação dos links de acesso à Internet serão necessários:

a. Realizar testes de funcionamento de cada link de acesso à Internet, emitindo relatórios de testes em duas vias, as quais deverão ser assinadas pelos executores e pelos servidores designados para acompanhar as instalações;

b. Os seguintes testes deverão ser realizados para fins de aceite técnico dos links instalados:

I. Acesso à Internet;

II. Aferição da velocidade do link instalado, tanto para download como para upload;

III. Verificação da performance dos links instalados e perdas de pacotes.

4.19 - Perfis dos links de acesso à Internet

4.19.01 - Efetuar manutenção corretiva assim que for detectado algum mau funcionamento de enlaces e equipamentos, ou problemas em instalações feitas, de forma que voltem a funcionar perfeitamente;

4.19.02 - Realizar o serviço de manutenção no local de instalação do equipamento sempre que possível. Caso seja necessário remover o equipamento, a Contratada deve providenciar a substituição do equipamento por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento, para então retirar o equipamento com defeito e encaminhá-lo para a manutenção.

4.20 - Tempo de Reparo

4.20.01 - A Contratada deve iniciar os procedimentos de manutenção do link de acesso à Internet, a contar da abertura do chamado, em até 2 (duas) horas após a notificação do problema, devendo restabelecer os serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.20.02 - A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

4.21 - Todos os materiais necessários para instalação dos pontos são de responsabilidade da empresa vencedora do certame, sem nenhum custo adicional para o município, seja de qualquer natureza, mesmo eu omissos neste termo.

5. INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PRAZO E LOCAL DE FORNECIMENTO

5.1 - Os Serviços serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.

5.2 - A Execução acontecerá:

5.2.1 - Após a emissão da respectiva ordem de Serviço o objeto desta licitação deverá ser iniciado nos locais e endereços indicados, conforme prazo estabelecido neste termo.

5.2.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinados pela parte, após o término de instalação dos pontos de internet, para efeito de posterior verificação da conformidade;

5.2.3 - Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias uteis, contados do recebimento provisório, considerando a qualidade, quantidade e especificações (velocidade) solicitada e consequente aceitação, comprovada a conformidade desses com as especificações exigidas neste termo de referência.

5.3 - O Prazo de início dos serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação - OS, devendo os mesmos serem concluídos em até 48 horas após início de instalação.

5.4 - Os locais onde serão instalados cada ponto de internet será indicado na ordem de serviço e poderão sofrer alterações das quais constarão nas O.S., devendo sempre ser na cidade de Brejo da Madre de Deus- PE ou em seus limites territorial, seja o caso de São Domingos e Fazenda nova, até mesmo na zona rural limite de Brejo da Madre de Deus.

5.5 - No ato do início dos serviços, o fornecedor deverá se responsabilizar por seus funcionários, sendo de sua inteira responsabilidade os custos e obrigações trabalhistas decorrentes dos serviços necessários para implantação da internet.

5.6 - As taxas de Instalação por ponto, incluindo equipamentos, devem estar inclusas no valor apresentado na proposta, não sendo permitido cobrança de nenhum valor excedente para a completa execução dos serviços.

5.7 O licitante deverá executar o serviço de modo satisfatório obedecendo aos prazos previstos neste termo, exceto se houver caso fortuito ou motivos de força maior, desde que estejam devidamente justificados, devendo, nesses casos, ser apurado e anotado pelo fiscal em registro próprio.

5.8 Correrão por conta do Contratado todas as despesas necessárias para a execução do objeto, sem nenhum ônus para a Contratante, bem como, é de responsabilidade da empresa licitante quaisquer despesas com salários, encargos, remuneração social, trabalhista, previdenciária, encargos decorrentes de multas, indenizações de qualquer natureza, obrigações tributárias, trabalhista, enfim, qualquer outra despesa decorrente do cumprimento da contratação.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – Compete à fiscalização do contrato:

6.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

6.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do edital, ata e contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

6.1.3 - Solicitar a troca dos itens em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções.

6.2 - Os serviços serão fiscalizados pela servidora, fiscal do contrato: **Thalyta Jordana de Lima Oliveira**, CPF: 098.863.464-07,

6.3 - Sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas que anotar em sistema próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

7.2 - A Nota fiscal só deverá ser emitida mediante ordem de fornecimento. A entrega deverá vir acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recibo em 02 (duas) vias, atestados pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.

7.3 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

7.4 - A contratada deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão para o mesmo e-mail que foi enviado a ordem de fornecimento ou poderá ser entregue na Prefeitura, no setor financeiro.

7.5 - O setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.6 - O setor financeiro deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

8. QUADRO COM ESPECIFICAÇÕES VALORES ESTIMADOS PROPOSTA-REFERÊNCIA

Por força da hipótese de exceção estabelecida no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006, em face das características específicas deste mercado, justifica-se a não adoção do benefício a que se refere o art. 48 do referido diploma normativo

LOTE GLOBAL - serviços em Link de Acesso à Internet por meio de Protocolo (IP), contemplando Suporte Técnico, Instalação, Ativação e Configuração dos Equipamentos						
ITEM	DESCRIÇÃO	VOLUME	QUANTIDADE DE PONTOS (A)	VALOR UNITARIO ESTIMADO POR CADA PONTO (B)	VALOR ESTIMADO POR MÊS - (C=A x B)	VALOR TOTAL ESTIMADO POR 12 MESES - (D = Cx12)
1	Serviço de Link Estatístico de Internet Banda Larga 100 Mbps COMERCIAL	PONTO	50	R\$ 94,42	R\$ 4.721,00	R\$ 56.652,00
2	Serviço de Link Estatístico de Internet Banda Larga 200 Mbps Download / 50 Mbps Upload com Tecnologia FTTH, COMERCIAL	PONTO	50	R\$ 136,95	R\$ 6.847,50	R\$ 82.170,00
3	Serviço de Link Estatístico de Internet Banda Larga 500 MBps COMERCIAL	PONTO	5	R\$ 228,41	R\$ 1.142,05	R\$ 13.704,60
4	Serviço de Link Estatístico de Internet Banda Larga 1 GBPS COMERCIAL	PONTO	1	R\$ 340,95	R\$ 340,95	R\$ 4.091,40
5	Pontos Adicionais nos locais já existentes com pontos de internet banga larga conforme itens 1,2,3 deste termo. - MASH -	PONTO	80	R\$ 30,56	R\$ 2.444,80	R\$ 29.337,60
6	Serviço de Link Estatístico de Internet Banda Larga 300 Mbps Download / 100 Mbps, Upload com Tecnologia dedicada	PONTO	1	R\$ 1.886,35	R\$ 1.886,35	R\$ 22.636,20
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 17.382,65	
VALOR TOTAL GLOBAL (12 MESES)					R\$ 208.591,80	

Obs.: Devido a limitações no sistema a disputa ocorrerá pelos valores totais mensais, porém os licitantes devem se atentar aos valores unitários ao cadastrar as propostas.

9. DO VALOR

9.1 – O valor médio estimado para este procedimento é de R\$ **208.591,80** (duzentos e oito mil, quinhentos e noventa e um reais, oitenta centavos), conforme estimativos realizados pelo setor de compras e descritos no item anterior.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Com respaldo no Decreto federal, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;

IV - Causar o atraso na execução do objeto;

V - Não manter a proposta;

VI - Falhar na execução do contrato;

VII - Fraudar a execução do contrato;

VIII - Comportar-se de modo inidôneo;

IX - Declarar informações falsas; e

X - Cometer fraude fiscal.

10.1. As licitantes, a detentora ata e a contratada, conforme o caso, que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.1 e 10.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3. Cometem infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as licitantes, a detentora da ata ou a contratada que:

10.3.1 Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual;

10.3.2. Desistir injustificadamente de lance ofertado, deixar de entregar documentação exigida na licitação ou entregá-la fora do prazo;

10.3.3. Não apresentar a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado;

10.3.4. Apresentar documentação falsa, inclusive quanto às condições de participação e do enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;

10.3.5. Recusar-se a igualar, pelo menor preço, os valores das cotas de ampla participação e reservada, quando vencedora em ambas;

10.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;

10.3.7. Falhar na execução do contrato, deixando de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas;

10.3.8. Fraudar na execução do objeto;

10.3.9. Comportar-se de modo inidôneo, nos quais se incluem atos como os descritos na Seção III do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;

10.3.10. Cometer fraude fiscal.

10.4. A penalidade de advertência será aplicada em decorrência de faltas leves, que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e da contratação, mas não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

10.5. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

10.5.01 - Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 10.3.2 deste Edital;

10.5.02 - Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre do valor estimado para o item/lote do qual participou ou é contratado, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos item 10.3.1 e 10.3.5, bem como àquele que sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

10.5.03 - Multa de 0,05% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 10.3.3;

10.5.04. Multa moratória diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor contratual, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual a quem cometer a infração prevista no item 10.3.6 deste Edital;

10.5.4.1. Se o atraso na entrega for parcial, a multa prevista no item 10.5.4 será aplicada sobre o valor referente ao quantitativo não entregue no prazo;

10.5.4.2. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista nos itens 10.5.5 e 10.5.5.1, conforme o caso.

10.5.4.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) a quem cometer a infração prevista no item 10.3.7 deste Edital.

10.5.4.4. A multa referida no item 10.5.5 será aplicada sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto contratual, sendo aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial do objeto.

10.5.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nos casos das infrações previstas nos itens 10.3.4, 10.3.8, 10.3.9 e 10.3.10.

10.6. Além da multa, aplicável conforme os itens precedentes, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município, nos seguintes casos e condições:

10.6.1. No cometimento das infrações previstas nos itens 10.3.2 e 10.3.5: 1 mês;

10.6.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 10.3.1 e 10.3.3: até 6 meses;

10.6.3. No cometimento da infração prevista no item 10.3.6: de 6 a 12 meses;

10.6.4. No cometimento das infrações previstas nos itens 10.3.4, 10.3.7, 10.3.8, 10.3.9 e 10.3.10: no mínimo, 12 meses.

10.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos no item 10.6, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:

10.7.1. Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

10.7.2. Os danos resultantes da infração;

10.7.3. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

10.7.4. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;

10.7.5. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

10.8. Em caso de reincidência ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data da abertura do novo processo punitivo, por infração prevista no presente Edital, e a data da condenação da empresa em processo anterior, as faixas de multa e os prazos previstos no item 10.6 deste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento).

10.9. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade.

10.10. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o órgão licitante encaminhará a documentação correspondente às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

11. PRAZOS DE VIGÊNCIA

11.1 – O prazo da ata de Registro de Preço deverá ser de 12 (doze) meses, se antes do final da vigência da ata houver interesse entre as partes e existência de saldo, poderá ser celebrado contrato, no termo do art. 57 - I, da Lei 8.666/93.

12. DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato ou a ata de registro de preços.

12.2 - Recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato/ata de registro de preço, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades previstas na legislação.

12.3 - O licitante vencedor deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

12.4 - O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

12.5 - No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o Contrato em nome da empresa;

12.6 – A ata de registro de preço terá validade pelo período de 12 (doze) meses, poderá ser formalizado contrato com os saldos das atas que poderá ter vigência de até 12 (doze) meses, respeitando a vigência dos créditos orçamentários, admitindo-se a prorrogação apenas ocorrendo uma das situações previstas no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, observando que toda prorrogação deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, nos termos do §2º do art. 57, da Lei 8.666/93.

12.7 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, devidamente comprovado e aceito pela administração.

12.8 - A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do Contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.9 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.10 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

12.11 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Constituem obrigações do contratante:

13.1.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;

13.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

13.1.3. Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;

13.1.4. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

13.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;

13.1.6. Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;

13.1.7. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

13.1.8. À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;

13.1.9. A execução do objeto deste Termo será provisória, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1. – O Fornecedor deverá cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1 - Executar os serviços do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e/ou na Ordem de Serviços, acompanhado da respectiva nota fiscal.

14.2 – Substituir ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços que não atenderem as especificações solicitadas.

14.3 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.4 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.5 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

14.6 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

a) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso da Ata de Registro de Preços ou do contrato, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito dos serviços;

b) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade objeto do contrato

c) não comprometer os serviços do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

14.7 - Os pontos serão solicitados de acordo com as necessidades, podendo ser distribuídos entre a prefeitura e unidades vinculadas, inclusive fundo municipal de Saúde e de Assistência social. .

14.8 - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no contrato.

15 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1 - No mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos e ou serviços **compatível e pertinente com o objeto deste Edital**, conforme especificações constantes nos lotes/itens devendo os atestados conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS** possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

15.2 - Contrato de Concessão ou Termo de Autorização pela ANATEL, para a prestação dos serviços objeto da presente licitação;

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei 10.520/2002 e nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Thalyta Jordana de Lima Oliveira

CPF: 098.863.464-07

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023

CONTRATO DE FORNECIMENTO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS E A EMPRESA
_____.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, Estado de Pernambuco, Entidade de Direito Público, por intermédio do _____ inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, N° ____, _____, Brejo da Madre de Deus, representado neste ato pelo _____ o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado a _____, através da _____, nesse ato representada por seu Secretário o Sr. _____, brasileiro, _____, inscrito no CPF nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado _____, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, representada legalmente por seu representante legal _____, portador do CPF/MF nº _____ de da CI nº _____, residente e domiciliada na _____, doravante denominado **CONTRATADA**, estando de acordo com o respectivo **Processo Licitatório**, sob o esteio da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002, sob as cláusulas e condições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

1.1. Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente acordo o **Sistema de Registro de Preço para eventual Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços em Link de Acesso à Internet por meio de Protocolo (IP), contemplando Suporte Técnico, Instalação, Ativação e Configuração dos Equipamentos do município de Brejo da Madre de Deus-PE**, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

2.2. São partes integrantes deste Contrato para todos os fins de direito, o Saldo da Ata nº _____/_____, o Edital e o Termo de Referência do **Processo Licitatório Nº 026/2023, Pregão Eletrônico SRP Nº 018/2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá prazo de vigência de _____ (_____) meses, a partir da data da sua assinatura, respeitando a vigência dos créditos orçamentários, admitindo-se a prorrogação apenas ocorrendo uma das situações previstas no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, observando que toda prorrogação deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, nos termos do §2º do art. 57, da Lei 8.666/93.

3.2. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pelo objeto deste contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor de _____, conforme quantitativos e especificações constantes abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

4.2 - Nos valores acima definidos estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes e quaisquer outros encargos e despesas incidentes.

4.3 - O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

4.4 - A Nota fiscal só deverá ser emitida mediante ordem de fornecimento. A entrega deverá vir acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recibo em 02 (duas) vias, atestados pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.

4.5 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

4.6 – A contratada deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão para o mesmo e-mail que foi enviado a ordem de fornecimento ou poderá ser entregue na Prefeitura, no setor financeiro.

4.7 – O setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

4.8 - O setor financeiro deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas na seguinte dotação orçamentária:

.....

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - Compete à fiscalização do contrato:

6.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

6.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do edital, ata e contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

6.1.3 - Solicitar a troca dos itens em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções.

6.2 - Os serviços serão fiscalizados pela servidora, fiscal do contrato: **Thalyta Jordana de Lima Oliveira**, CPF: 098.863.464-07.

6.3 - Sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas que anotar em sistema próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Durante a vigência da Contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.: Constituem obrigações da contratada, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

9.1.1. O Fornecedor deverá cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1.1 - Executar os serviços do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e/ou na Ordem de Serviços, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.1.2 – Substituir ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços que não atenderem as especificações solicitadas.

9.1.3 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.4 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.5 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.1.6 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

a) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso da Ata de Registro de Preços ou do contrato, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito dos serviços;

b) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade objeto do contrato

c) não comprometer os serviços do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

9.1.7 - Os pontos serão solicitados de acordo com as necessidades, podendo ser distribuídos entre a prefeitura e unidades vinculadas, inclusive fundo municipal de Saúde e de Assistência social. .

9.1.8 - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2: Constituem obrigações do contratante:

9.2.1- Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;

9.2.2- Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

9.2.3- Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;

9.2.4- Facilitar por todos os meios ao cumprimento do fornecimento da entrega pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;

9.2.5- Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;

9.2.6- Analisar a nota fiscal para verificar se a mesma é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;

9.2.7- Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

9.2.8- À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;

9.2.9- A execução do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do Contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

11.2. As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PRAZO E LOCAL DE FORNECIMENTO

12.1 - Os Serviços serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.

12.2 - A Execução acontecerá:

12.2.1 - Após a emissão da respectiva ordem de Serviço o objeto desta licitação deverá ser iniciado nos locais e endereços indicados, conforme prazo estabelecido neste termo.

12.2.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinados pela parte, após o termino de instalação dos pontos de internet, para efeito de posterior verificação da conformidade;

12.2.3 - Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias uteis, contados do recebimento provisório, considerando a qualidade, quantidade e especificações (velocidade) solicitada e consequente aceitação, comprovada a conformidade desses com as especificações exigidas neste termo de referencia.

12.3 - O Prazo de inicio dos serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação - OS, devendo os mesmos serem concluídos em até 48 horas após inicio de instalação.

12.4 - Os locais onde serão instalados cada ponto de internet será indicado na ordem de serviço e poderão sofrer alterações das quais constarão nas O.S., devendo sempre ser na cidade de Brejo da Madre de Deus- PE ou em seus limites territorial, seja o caso de São Domingos e Fazenda nova, ate mesmo na zora rural limite de Brejo da Madre de Deus.

12.5 - No ato do inicio dos serviços, o fornecedor deverá se responsabilizar por seus funcionários, sendo de sua inteira responsabilidade os custos e obrigações trabalhistas decorrentes dos serviços necessários para implantação da internet.

12.6 - As taxas de Instalação por ponto, incluindo equipamentos, devem estar inclusas no valor apresentado na proposta, não sendo permitido cobrança de nenhum valor excedente para a completa execução dos serviços.

12.7 O licitante deverá executar o serviço de modo satisfatório obedecendo aos prazos previstos neste termo, exceto se houver caso fortuito ou motivos de força maior, desde que estejam devidamente justificados, devendo, nesses casos, ser apurado e anotado pelo fiscal em registro próprio.

12.8 Correrão por conta do Contratado todas as despesas necessárias para a execução do objeto, sem nenhum ônus para a Contratante, bem como, é de responsabilidade da empresa licitante quaisquer despesas com salários, encargos, remuneração social, trabalhista, previdenciária, encargos decorrentes de multas, indenizações de qualquer natureza, obrigações tributarias, trabalhista, enfim, qualquer outra despesa decorrente do cumprimento da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES/PENALIDADES

13.1 – Com respaldo no Decreto federal, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não mantiver a proposta;
- VI - Falhar na execução do contrato;
- VII - Fraudar a execução do contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- IX - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

13.1. As licitantes, a detentora ata e a contratada, conforme o caso, que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

13.2. As sanções previstas nos itens 13.1.1 e 13.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.3. Cometem infração administrativa, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as licitantes, a detentora da ata ou a contratada que:

13.3.1 Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual;

13.3.2. Desistir injustificadamente de lance ofertado, deixar de entregar documentação exigida na licitação ou entregá-la fora do prazo;

13.3.3. Não apresentar a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado;

13.3.4. Apresentar documentação falsa, inclusive quanto às condições de participação e do enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;

13.3.5. Recusar-se a igualar, pelo menor preço, os valores das cotas de ampla participação e reservada, quando vencedora em ambas;

13.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;

13.3.7. Falhar na execução do contrato, deixando de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas;

13.3.8. Fraudar na execução do objeto;

13.3.9. Comportar-se de modo inidôneo, nos quais se incluem atos como os descritos na Seção III do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;

13.3.10. Cometer fraude fiscal.

13.4. A penalidade de advertência será aplicada em decorrência de faltas leves, que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e da contratação, mas não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

13.5. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.5.01 - Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.3.2;

13.5.02 - Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre do valor estimado para o item/lote do qual participou ou é contratado, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 13.3.1 e 13.3.5, bem como àquele que sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

13.5.03 - Multa de 0,05% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.3.3;

13.5.04. Multa moratória diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor contratual, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual a quem cometer a infração prevista no item 13.3.6;

13.5.4.1. Se o atraso na entrega for parcial, a multa prevista no item 13.5.4 será aplicada sobre o valor referente ao quantitativo não entregue no prazo;

13.5.4.2. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista nos itens 13.5.5 e 13.5.5.1, conforme o caso.

13.5.4.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) a quem cometer a infração prevista no item 13.3.7.

13.5.4.4. A multa referida no item 13.5.5 será aplicada sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto contratual, sendo aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial do objeto.

13.5.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nos casos das infrações previstas nos itens 13.3.4, 13.3.8, 13.3.9 e 13.3.10.

13.6. Além da multa, aplicável conforme os itens precedentes, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município, nos seguintes casos e condições:

13.6.1. No cometimento das infrações previstas nos itens 13.3.2 e 13.3.5: 1 mês;

13.6.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 13.3.1 e 13.3.3: até 6 meses;

13.6.3. No cometimento da infração prevista no item 13.3.6: de 6 a 12 meses;

13.6.4. No cometimento das infrações previstas nos itens 13.3.4, 13.3.7, 13.3.8, 13.3.9 e 13.3.10: no mínimo, 12 meses.

13.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos no item 13.6, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:

13.7.1. Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

13.7.2. Os danos resultantes da infração;

13.7.3. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

13.7.4. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;

13.7.5. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

13.8. Em caso de reincidência ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data da abertura do novo processo punitivo, por infração prevista no presente Edital, e a data da condenação da empresa em processo anterior, as faixas de multa e os prazos previstos no item 13.6 poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento).

13.9. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade.

13.10. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o órgão licitante encaminhará a documentação correspondente às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

14.1 – As condições para o fornecimento dos serviços deverão atender as todas as exigências dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PRAZO PARA A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. O prazo para a assinatura do contrato deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação e em conforme com o art. 64 da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado uma única vez a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1. Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Por força do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE, como competente para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

17.2. E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito legal.

Brejo da Madre Deus/PE, _____ de _____ de 2023.

**MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS**
CONTRATANTE

EMPRESA _____
Representante
CONTRATADA

Testemunhas:

CPF/MF:

CPF/MF:

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL
E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, Declara que, cumpre plenamente os requisitos de habilitação estando de acordo com o artigo 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002 e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto do referido **PROCESSO LICITATÓRIO**, em atendimento ao inciso III do Art. 30 da Lei no 8.666/93.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO/CNPJ

P R E F E I T U R A D O
BREJO
da Madre de Deus

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos/supervenientes para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO/CNPJ

P R E F E I T U R A D O
BREJO
da Madre de Deus

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2023
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 018/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**.

Para tanto, anexo o **Termo de Opção do SIMPLES ou LUCRO PRESUMIDO**, registrado ou autenticado na Junta Comercial _____ (indicar o local da sede ou domicílio da licitante, onde for o registro).

Declaro, ainda, para os fins do item 4.3, I “b” e do II “e” do edital que não incorremos em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2000.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CARIMBO/CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
ANEXO VI
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA - SRP N° ____/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 026/2023

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - N° 018/2023

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS**, Estado de Pernambuco, Entidade de Direito Público, por intermédio do _____ inscrito no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede na _____, N° __, _____, Brejo da Madre de Deus, representado neste ato pelo _____ o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF n° _____ e RG n° _____, residente e domiciliado a _____, denominando **ÓRGÃO GERENCIADOR**, deste Registro de Preços, e a Empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, com sede na _____, neste ato representado pelo o Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, e portador da identidade n° _____, residente e domiciliado na _____ como **FORNECEDOR**, sujeitando-se às determinações contidas nas Leis n° 10.520/02, Lei federal 123/2006, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto n° 7892/13 e aplicando-se, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS e demais normas pertinentes e aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1.0 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **Sistema de Registro de Preço para eventual Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços em Link de Acesso à Internet por meio de Protocolo (IP), contemplando Suporte Técnico, Instalação, Ativação e Configuração dos Equipamentos do município de Brejo da Madre de Deus-PE**, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, a planilha abaixo e a proposta vencedora da licitação em epígrafe, integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL

VALOR TOTAL - R\$ _____(...)

2.0 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O objeto será fornecido mediante execução indireta, sob a forma de preço unitário, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

3.0 RECEBIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 - Os Serviços serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.

3.2 - A Execução acontecerá:

3.2.1 - Após a emissão da respectiva ordem de Serviço o objeto desta licitação deverá ser iniciado nos locais e endereços indicados, conforme prazo estabelecido neste termo.

3.2.2 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinados pela parte, após o término de instalação dos pontos de internet, para efeito de posterior verificação da conformidade;

3.2.3 - Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias uteis, contados do recebimento provisório, considerando a qualidade, quantidade e especificações (velocidade) solicitada e consequente aceitação, comprovada a conformidade desses com as especificações exigidas neste termo de referência.

3.3 - O Prazo de início dos serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação - OS, devendo os mesmos serem concluídos em até 48 horas após início de instalação.

3.4 - Os locais onde serão instalados cada ponto de internet será indicado na ordem de serviço e poderão sofrer alterações das quais constarão nas O.S., devendo sempre ser na cidade de Brejo da Madre de Deus- PE ou em seus limites territorial, seja o caso de São Domingos e Fazenda nova, até mesmo na zona rural limite de Brejo da Madre de Deus.

3.5 - No ato do início dos serviços, o fornecedor deverá se responsabilizar por seus funcionários, sendo de sua inteira responsabilidade os custos e obrigações trabalhistas decorrentes dos serviços necessários para implantação da internet.

3.6 - As taxas de Instalação por ponto, incluindo equipamentos, devem estar inclusas no valor apresentado na proposta, não sendo permitido cobrança de nenhum valor excedente para a completa execução dos serviços.

3.7 O licitante deverá executar o serviço de modo satisfatório obedecendo aos prazos previstos neste termo, exceto se houver caso fortuito ou motivos de força maior, desde que estejam devidamente justificados, devendo, nesses casos, ser apurado e anotado pelo fiscal em registro próprio.

3.8 Correrão por conta do Contratado todas as despesas necessárias para a execução do objeto, sem nenhum ônus para a Contratante, bem como, é de responsabilidade da empresa licitante quaisquer despesas com salários, encargos, remuneração social, trabalhista, previdenciária, encargos decorrentes de multas, indenizações de qualquer natureza, obrigações tributárias, trabalhista, enfim, qualquer outra despesa decorrente do cumprimento da contratação.

4.0 - DO PAGAMENTO

4.1- O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis, após apresentação da nota fiscal e do recebimento definitivo dos itens, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e o atesto do setor responsável pelo recebimento do objeto em conformidade com o objeto solicitado.

4.2 - A Nota fiscal só deverá ser emitida mediante ordem de fornecimento. A entrega deverá vir acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recibo em 02 (duas) vias, atestados pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.

4.3 - Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação pelo município.

4.4 – A contratada deverá enviar a nota fiscal na mesma data de sua emissão para o mesmo e-mail que foi enviado a ordem de fornecimento ou poderá ser entregue na Prefeitura, no setor financeiro.

4.5 – O setor financeiro verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

4.6 - O setor financeiro deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

5.0 - DOS ÓRGÃO(S) GERENCIADOR(ES)

5.1 - O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DO BREJO DA MADRE DE DEUS-PE**

6.0 - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Compete à fiscalização do contrato:

6.1.1 - Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos itens.

6.1.2 - Notificar a contratada das eventuais irregularidades no cumprimento dos requisitos e especificações do edital, ata e contrato, bem como em possíveis falhas na entrega.

6.1.3 - Solicitar a troca dos itens em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções.

6.2 - Os serviços serão fiscalizados pela servidora, fiscal do contrato: **Thalyta Jordana de Lima Oliveira**, CPF: 098.863.464-07,

6.3 - Sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas que anotarás em sistema próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

7.0 – DA VEDAÇÃO À ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - Esta ata de registro de preços **NÃO** será objeto de adesão por parte de nenhum órgão ou entidade pública ou privada.

8.0 - VALIDADE DA ATA

8.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura da mesma, não podendo ser prorrogada. Se antes do final da vigência da ata houver interesse entre as partes e existência de saldo, poderá ser celebrado contrato, no termo do art. 57 - I, da Lei 8.666/93.

9.0 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DA ATA

9.1 - O FORNECEDOR fica obrigado a executar o objeto da presente ata nas quantidades indicadas na carta de autorização de fornecimento, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, firmados em decorrência da presente ata de registro de preços.

§ 1º A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao FORNECEDOR a preferência em igualdade de condições.

§ 2º Durante a vigência desta ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 3º Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 4º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§ 5º - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o Município do Brejo da Madre de Deus, poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

9.2 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado – equação econômico-financeira.

10.0 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de preços ensejará a aplicação das penalidades/sanções estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

10.2 - É de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013).

11.0 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº7.892/13.

12.0 - DO FORO

12.1 - O foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes desta ata de registro de preços é o da Comarca de Brejo da Madre de Deus - PE.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Brejo da Madre de Deus - PE, ____ de _____ de 2023.

**MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE
DE DEUS/PE**
ÓRGÃO GERENCIADOR

EMPRESA
FORNECEDOR

Testemunhas:

CPF Nº

CPF Nº

